

Nota Informativa

Edição 164/2023

DESTAQUES

Senado aprova desoneração da folha e governo já estuda veto

Relator da reforma tributária na Câmara projeta nova votação na Casa ainda em 2023

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Sancionado reforço de R\$ 22,9 milhões para Ciência, Tecnologia e Inovação

Ministra Luciana Santos abre Reunião Nacional do Consecti

Seminário debate Lei Geral de Proteção de Dados na ANTT

Criptoativos: Receita Federal detecta crescimento vertiginoso na movimentação de stablecoins

Poste Legal: Anatel aprova regulamento sobre compartilhamento de postes

Pesquisa inédita do IBGE mostra que 7,4 milhões de pessoas exerciam teletrabalho em 2022

REFORMA TRIBUTÁRIA

Appy diz que relatório da Reforma Tributária no Senado é positivo

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Valor extra de R\$ 2 bi por ano para fundo regional é 'pequeno e suportável', diz Haddad

Projeto do governo regulamenta isenção para créditos fiscais

Prévia da inflação oficial fica em 0,21% em outubro, informa IBGE

Por déficit zero, Tebet diz que ainda há 'algumas medidas'

JUDICIÁRIO

Senado aprova as três indicações para ministros do STJ

Presidente do STF e do CNJ recebe representantes de empresas de tecnologia para tratar de Inteligência Artificial

ORÇAMENTO

Sancionado reforço de R\$ 483 mi para 12 órgãos e operações de crédito

POLÍTICA

Randolfe diz que projeto das offshores vai passar pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado

Maior prioridade do governo é aprovar tributária, diz Randolfe

Haddad elogia texto final dos fundos offshore e diz que há até quem espere aumento na arrecadação

Deputada Any Ortiz diz órgão regulador não é prioridade no debate sobre plataformas

TRANSPORTE

Aprovado projeto que isenta trabalhador já aposentado de recolher FGTS

DESTAQUES

Senado aprova desoneração da folha e governo já estuda veto

Poder Legislativo | 25/10/2023 – 20h41min

O Senado aprovou na quarta-feira (25) o projeto de lei que prorroga a desoneração da folha de pagamento até 2027. Ao todo, 17 setores da economia serão beneficiados, caso o texto seja aprovado. O impacto para o governo é de ao menos R\$ 18 bilhões. O projeto tem resistência da parte do governo, que tentou adiar a votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na parte da manhã. O líder do Governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), tentou argumentar que a desoneração não é uma medida para criar empregos no país. “Não é isso que gera emprego. Isso aumenta o fluxo de caixa das empresas e aumenta o rombo da Previdência”, disse o senador na terça-feira (24) depois de a urgência ao texto ser aprovada na Casa Alta. Fonte: Congresso em Foco

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Relator da reforma tributária na Câmara projeta nova votação na Casa ainda em 2023

Poder Legislativo | 25/10/2023 – 19h14min

Relator da reforma tributária na Câmara, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) disse ter gostado do parecer apresentado pelo relator do projeto no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM). A previsão do senador é votar o relatório na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em 7 de novembro. A PEC da reforma tributária foi aprovada pelos deputados em julho, mas em razão das alterações no Senado deve ser novamente analisada pela Câmara. A equipe de Ribeiro, que acompanhou de perto a construção do relatório do emedebista, já está debruçada novamente sobre o tema diante da perspectiva do deputado do PP de que o

tema deve voltar a ser apreciado pela Câmara ainda em 2023. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Sancionado reforço de R\$ 22,9 milhões para Ciência, Tecnologia e Inovação

Poder Executivo | 26/10/2023 – 11h16min

Foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) da quinta-feira (26), após sanção pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei 14.706, que libera o reforço de crédito especial de R\$ 22,9 milhões para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. O PLN 13/2023, do Poder Executivo, teve voto favorável do relator, senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO). A quantia vai custear despesas com monitoramento, regulação e fiscalização da segurança nuclear e proteção radiológica das atividades de instalações nucleares e outras fontes de radiação. Os recursos serão remanejados do Ministério de Minas e Energia para o Ministério da Ciência e Tecnologia, sem impacto nas metas fiscais, de acordo com o Executivo. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Ministra Luciana Santos abre Reunião Nacional do Consecti

Poder Executivo | 25/10/2023 – 18h21min

A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Luciana Santos, abriu a Reunião Nacional do Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (Consecti) na tarde de quarta-feira (25). O encontro aconteceu no auditório do ministério e contou com a presença do secretário de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social, Inácio Arruda. Na ocasião, a ministra fez uma breve explanação sobre os programas de tecnologia e inovação que estão sendo desenvolvidos; e falou sobre os recursos do 'Novo PAC Desenvolvimento e Sustentabilidade' que vai beneficiar com investimentos na ordem de R\$ 7,89 bilhões a ciência brasileira entre 2023 e 2026. "A agenda é bastante extensa, densa e está no centro das ações estratégicas para um projeto nacional de desenvolvimento e a gente conta com os estados para isso", disse ela, se colocando à disposição para diálogo com os secretários num trabalho coletivo entre governo federal e estadual. Na pauta do encontro estavam a apresentação da Infovias Estaduais da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP); do Projeto de Indicadores de Inovação feito pela Fundação Getúlio Vargas; os impactos da Reforma Tributária no Ecossistema de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Programa Amazônia +10. Fonte: ASCOM MCTI

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Seminário debate Lei Geral de Proteção de Dados na ANTT

Poder Executivo | 25/10/2023 – 18h13min

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e o Fórum de Ouvidores das Agências Reguladoras Federais realizaram, na quarta-feira (25/10), o Seminário LGPD, que tratou da Lei Geral de Proteção de Dados. O evento, que aconteceu no auditório da sede da ANTT, teve como objetivo apresentar a visão da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) sobre a aplicação da lei pelos agentes públicos. Além disso, entre outros assuntos, foram abordados os processos de adequação e implementação da legislação. "A discussão deste tema é importante porque os fundamentos da LGPD dizem respeito a valores como privacidade, intimidade, honra e imagem, que estão inseridos em um contexto cada vez mais moderno e digital, com as complexidades e desafios inerentes ao ambiente tecnológico e sua evolução constante. Os preceitos basilares de dignidade e exercício da cidadania pelas

pessoas naturais devem ser garantidos em qualquer cenário”, disse o ouvidor e encarregado de dados da ANTT, Robson Crepaldi, na abertura do evento. Além de Robson Crepaldi, participaram da mesa o diretor-presidente da ANPD, Waldemar Ortunho Júnior, e o diretor da ANTT Guilherme Theo Sampaio. “É importante para a gente ressaltar no ambiente interno da Agência a gestão, a proteção, o direcionamento que daremos aos milhões de dados que temos aqui, que são dos nossos usuários, que costumamos dizer que são nossos clientes, pois são cidadãos que utilizam nossas rodovias, ferrovias, transporte de cargas ou passageiros, entre outros”, destacou o diretor da ANTT. Fonte: ASCOM ANTT

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Criptoativos: Receita Federal detecta crescimento vertiginoso na movimentação de stablecoins

Poder Executivo | 25/10/2023 – 16h59min

Levantamentos da Receita Federal, realizados mensalmente desde 2019, indicam crescimento significativo do uso de stablecoins. Esses criptoativos, chamados de moedas estáveis na tradução literal para o português, ao contrário de outros concorrentes, costumam manter uma paridade com alguma moeda real, com uma cesta de moedas ou com outros ativos como as commodities, por exemplo. Essa característica as torna mais estáveis em valor e amplia a possibilidade de sua utilização como meio de pagamento. No conjunto das stablecoins ganha destaque a criptomoeda chamada Tether, que no período observado pelo fisco foi negociada em patamar acumulado superior a R\$ 271 bilhões, quase o dobro do volume do Bitcoin no mesmo período (mais de R\$ 151 bilhões). Esse crescimento chamou a atenção da Receita Federal que vem acompanhando essa expansão que já movimenta trilhões de dólares em todo o mundo. Atualmente, existem milhares de criptomoedas, cada uma com seus usos específicos. Fonte: ASCOM Receita Federal

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Poste Legal: Anatel aprova regulamento sobre compartilhamento de postes

Poder Executivo | 25/10/2023 – 15h52min

Para implementar as diretrizes da Portaria assinada pelos ministérios das Comunicações e Minas e Energia, que institui a Política Nacional de Compartilhamento de Postes - Poste Legal, o Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) aprovou, na terça-feira (24/10), o regulamento sobre compartilhamento de postes entre distribuidoras de energia elétrica e prestadoras de serviços de telecomunicações. O documento será encaminhado para aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). “Com essa regulamentação, será possível garantir a expansão dos serviços a partir de uma gestão isonômica e transparente do acesso aos postes, com remuneração baseada em custos”, avalia o ministro das Comunicações, Juscelino Filho. O Conselho Diretor da Anatel também aprovou a realização de uma Consulta Pública que irá definir a proposta de metodologia para Precificação dos Pontos de Fixação nos postes pelo prazo de quarenta e cinco dias. Esse chamado deverá ser feito em conjunto com a Aneel. Fonte: ASCOM MCom

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Pesquisa inédita do IBGE mostra que 7,4 milhões de pessoas exerciam teletrabalho em 2022

Poder Executivo | 25/10/2023 – 10h

Em 2022, havia 7,4 milhões de pessoas em teletrabalho no país, de forma habitual ou ocasional. Isso representa 7,7% do total de ocupados que não estavam afastados do trabalho (96,7 milhões). Os dados são do módulo inédito Teletrabalho e trabalho por meio de plataformas digitais 2022 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD

Contínua), divulgado na quarta-feira (25) pelo IBGE. O estudo é fruto de um acordo de cooperação técnica entre o Instituto, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e o Ministério Público do Trabalho (MPT). As estatísticas divulgadas na publicação são experimentais, ou seja, estão em fase de teste e sob avaliação. De acordo com uma classificação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) utilizada pela pesquisa, o teletrabalho é um tipo de trabalho remoto. Nessa modalidade, o trabalho é realizado em um local alternativo, que pode ser o próprio domicílio ou outro local, com a utilização de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação (TIC), como computadores, telefones e tablets para realizar as tarefas do trabalho. Fonte: ASCOM IBGE

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: relatório de Braga acaba com IOF de seguros em 2027

Poder Legislativo | 26/10/2023 – 14h42min

O relator de reforma tributária do Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), incluiu no seu relatório um dispositivo que prevê a extinção do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) de seguros a partir de 2027. O texto foi protocolado na quarta-feira (25) por Braga e lido na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, onde a proposta está tramitando. Ao Estadão, o presidente da Confederação Nacional das Seguradoras (Cnseg), Dyogo Oliveira, assegura que o fim do IOF não vai significar uma redução da carga tributária. “Na questão tributária, vamos ficar no zero a zero. E, em alguns casos, com um pequeno aumento de carga, porque a alíquota do IVA (Imposto sobre Valor Agregado) é bem mais alta. Vai depender da alíquota final do IVA”, afirmou Oliveira, que foi ministro do Planejamento no governo Temer. A proposta prevê a criação de um IVA dual: a CBS, cobrada pela União, e o IBS, dos Estados e municípios. Segundo ele, a reforma tributária vai concentrar toda a tributação do setor de seguros no IVA, que será criado com a aprovação da proposta. Hoje, há incidência do IOF e do PIS/Cofins. O setor de seguros terá um regime diferenciado, que representa basicamente a dedução do sinistro da base de cálculo do imposto, o que já ocorre na cobrança do PIS/Cofins. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Appy diz que relatório da Reforma Tributária no Senado é positivo

Poder Executivo | 26/10/2023 – 09h30min

O secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, classificou como positivo o relatório da proposta apresentado pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator da reforma, na quarta-feira (25). Em entrevista à emissora GloboNews na quinta-feira (26), o secretário disse esperar que não sejam feitas mais mudanças no texto até a votação da medida na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Casa, prevista para 7 de novembro. A previsão é que o plenário avalie a proposta em 9 de novembro. Appy avaliou que o texto apresentado por Braga resolve cerca de 75% das distorções existentes atualmente no sistema tributário brasileiro e que a proposta melhora significativamente o cenário tributário atual. O secretário deu “nota 7” para o texto apresentado pelo relator no Senado. “Nossa avaliação com relação ao relatório é, no geral, positiva”, disse Appy. “O que se obteve em termos de criação de um ambiente político para a aprovação de certa forma compensa o custo das mudanças que foram feitas no Senado”, complementou. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Valor extra de R\$ 2 bi por ano para fundo regional é 'pequeno e suportável', diz Haddad

Poder Executivo | 26/10/2023 – 13h19min

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) afirmou na quinta-feira (26) que o aumento extra de R\$ 20 bilhões no aporte anual do governo federal no FNDR (Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional) é um valor "pequeno" por ano e "suportável". A ampliação foi incluída no relatório da Reforma Tributária em discussão no Senado Federal, em acordo com o Ministério da Fazenda. "É um valor pequeno por ano. Em um Orçamento de R\$ 2 trilhões de hoje, ter R\$ 2 bilhões de incremento anual me pareceu um pleito justo dos governadores. Nós resolvemos acatar. Ficaram os R\$ 40 bilhões e, depois da transição feita a cada ano, um aporte adicional", disse. "Se comparar com outros fundos, vai ver que é uma coisa absolutamente suportável e que faz sentido. Estamos mudando, quase que inaugurando um regime tributário novo. Tem que ter alguma garantia de que não vai ter aumento das desigualdades regionais", acrescentou. O relator da Reforma Tributária no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM) ampliou para R\$ 60 bilhões, em 2043, o valor do aporte da União no fundo a ser usado pelos estados para conceder incentivos locais dentro do novo sistema tributário.

Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Projeto do governo regulamenta isenção para créditos fiscais

Poder Legislativo | 26/10/2023 – 13h12min

O [Projeto de Lei 5129/23](#) regulamenta a isenção tributária para créditos fiscais oriundos de subvenção para investimentos. Esses créditos são transferências de recursos para uma empresa para auxiliar a ampliação de seu parque industrial e a diversificação de suas atividades. Em análise na Câmara dos Deputados, a proposta do Poder Executivo tem o objetivo de regulamentar uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) segundo a qual os créditos fiscais devem ser incluídos na base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A exceção são os créditos apurados a partir de subvenções públicas para estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Prévia da inflação oficial fica em 0,21% em outubro, informa IBGE

Poder Executivo | 26/10/2023 – 10h11min

A prévia da inflação oficial no mês de outubro ficou em 0,21%, abaixo da taxa de setembro, que foi 0,35%. O resultado divulgado na quinta-feira (26) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi influenciado, principalmente, pela alta nos preços das passagens aéreas, que subiram 23,75% e representam 0,16 ponto percentual (p.p.) do índice. No ano, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15) soma 3,96%. No acumulado de 12 meses foi de 5,05%, acima dos 5% registrados em setembro. Apesar de o item transporte ter representado o maior impacto positivo na taxa - subiu 0,78% e respondeu por 0,16 p.p do IPCA-15, o comportamento dos preços dos combustíveis ajudou a inflação não ser maior, com queda de 0,44%, motivado pelas baixas da gasolina (-0,56%), etanol (-0,27%) e gás veicular (-0,27%). Apenas o diesel teve alta, 1,55%. Sete dos nove grupos pesquisados registraram alta em outubro. Os outros itens com resultado positivo foram habitação, artigos de residência, vestuário, saúde e cuidados pessoais, despesas pessoais, e educação. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Por déficit zero, Tebet diz que ainda há 'algumas medidas'

Poder Executivo | 26/10/2023 – 05h02min

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou que a equipe econômica do tem “algumas medidas”, que “não são muitas”, mas que poderão ser anunciadas caso haja frustração das receitas previstas para 2024. O objetivo, segundo ela, é zerar o resultado primário do ano que vem ou atingir déficit de até 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB). A meta de resultado primário zerado no ano que vem foi estabelecida pelo arcabouço fiscal, com intervalo de 0,25 ponto percentual do PIB, algo entre R\$ 25 bilhões e R\$ 30 bilhões, para cima ou para baixo. “Vamos aguardar todos os projetos que serão aprovados até fim do ano, com as alíquotas específicas estabelecidas pelo Congresso, para fazer contas”, disse Tebet dia 25/10 a jornalistas após a cerimônia de instalação do Conselho da Federação, no Palácio do Planalto. “[Mas] existem algumas medidas que podem substituir, não são muitas, óbvio, possível diminuição de receita por causa de modificação de alíquota.” Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

JUDICIÁRIO

Senado aprova as três indicações para ministros do STJ

Poder Legislativo | 25/10/2023 – 21h30min

O plenário do Senado aprovou três indicações de ministros para o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os novos integrantes da corte serão a advogada Daniela Teixeira; o desembargador do Tribunal de Justiça do Ceará, Teodoro Silva Santos; e o desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, José Afrânio Vilela. Os três passaram por sabatina na Comissão de Constituição e Justiça, na quarta-feira (25), antes de terem os nomes aprovados pelo plenário. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Presidente do STF e do CNJ recebe representantes de empresas de tecnologia para tratar de Inteligência Artificial

Poder Judiciário | 25/10/2023 – 21h19min

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Luís Roberto Barroso, vem se encontrando com representantes e dirigentes de empresas de tecnologia, tanto as de grande porte - as bigs techs - quanto as de menor porte - as chamadas startups - para conversar sobre soluções de inteligência artificial que possam agilizar os procedimentos e os trabalhos do Poder Judiciário. O ministro já se reuniu anteriormente com Amazon e Google e, na quarta-feira (25), esteve com representantes da Microsoft. Nas reuniões, Barroso tem apontado a importância de que as empresas que detenham amplo conhecimento na área atuem em colaboração com o Poder Judiciário. Embora o desenvolvimento das soluções seja feito exclusivamente pelas equipes técnicas dos órgãos de Justiça, os envolvidos nas reuniões destacaram que é fundamental que a Justiça brasileira conheça o real estado de desenvolvimento das tecnologias que envolvem inteligência artificial e os benefícios que podem trazer. Fonte: ASCOM STF

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ORÇAMENTO

Sancionado reforço de R\$ 483 mi para 12 órgãos e operações de crédito

Poder Executivo | 26/10/2023 – 09h18min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei que reforça o caixa de 12

órgãos federais e das Operações Oficiais de Crédito, num total de R\$ 483 milhões. Publicada no Diário Oficial da União da quinta-feira (26), a Lei 14.709, de 2023, teve origem no Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN 19/2023) aprovado pelos parlamentares no início de outubro. Para financiar o repasse, cerca de R\$ 442,7 milhões resultam da anulação de dotações já aprovadas no Orçamento federal de 2023. Os R\$ 40,5 milhões restantes são provenientes do superávit financeiro verificado no balanço patrimonial do exercício de 2022.

Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Randolfe diz que projeto das offshores vai passar pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado

Poder Legislativo | 26/10/2023 – 15h06min

O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (Sem partido-AP), afirmou, na quinta-feira (26), que o projeto que trata da taxaço das offshores e dos fundos exclusivos, aprovado na quarta-feira (26) na Câmara dos Deputados, irá passar pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. A expectativa, segundo o senador, é que a matéria seja votada nas próximas duas semanas. “O presidente (Rodrigo) Pacheco e demais líderes se comprometeram, chegando esse projeto, encaminhar para a CAE, designar relator e buscar aprovar esse projeto antes do prazo final da vigência da medida provisória, que é meados de novembro”, declarou. “A nossa expectativa é que nas próximas duas semanas, ainda na primeira quinzena de novembro, nós possamos aprovar na CAE e no plenário do Senado na versão que foi encaminhada pela Câmara dos Deputados”, complementou. O senador reforçou que o governo irá trabalhar para que o texto aprovado na Câmara não seja alterado pelos senadores para não correr o risco de a medida provisória (MP) do tema caducar. “Nós trabalharemos para que não. Porque eventual modificação importaria no retorno para a Câmara dos Deputados e caducaria a medida provisória e o próprio projeto de lei”, defendeu. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Maior prioridade do governo é aprovar tributária, diz Randolfe

Poder Legislativo | 26/10/2023 – 14h21min

O líder do Governo no Congresso Nacional, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), disse na 5ª feira (26.out.2023) que a “maior das prioridades” do Planalto é a aprovação da reforma tributária ainda neste ano. Randolfe disse estar confiante na aprovação da reforma até o final da 1ª quinzena de novembro para que a proposta possa ser “confrontada” com o texto aprovado na Câmara na 2ª quinzena do mês. Por se tratar de uma PEC (Proposta de Emenda a Constituição), deputados e senadores precisam chegar a um consenso sobre o texto. Na 4ª feira (25.out), o relator da reforma tributária no Senado, senador Eduardo Braga (MDB-AM), apresentou seu parecer sobre a proposta na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça). Braga protocolou mais cedo o seu texto com mudanças em relação ao que foi aprovado pela Câmara dos Deputados. Depois de ler o texto da proposta, por um acordo feito previamente, houve concessão de vista coletiva –ou seja, mais tempo para análise– de duas semanas. A expectativa é que a reforma seja aprovada na comissão em 7 de novembro. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Haddad elogia texto final dos fundos offshore e diz que há até quem espere aumento na arrecadação

Poder Executivo | 26/10/2023 – 13h03min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, elogiou na quinta-feira (26) o texto final do projeto da tributação dos fundos offshore, aprovado na quarta-feira (25) no plenário da Câmara dos Deputados. "Tem gente esperando que possa haver aumento na arrecadação, já que introduziram mecanismos que estimulam a adesão", disse o ministro, referindo-se à alíquota final de 8% com a regularização dos ativos nos fundos – ante os 10% iniciais propostos pelo governo. "Como a alíquota ficou abaixo do previsto originalmente, a adesão deve ser maior", explicou. Quem não aceitar antecipar será taxado em 15% em maio de 2024, valor que poderá ser parcelado em 24 meses. O texto, disse Haddad, ficou bom, ao comentar que a expectativa é de aprovação no Senado Federal. Em relação ao cenário fiscal e à meta de zerar o déficit das contas públicas em 2024, o ministro disse que o governo está "criando despesas de um lado, algumas muito meritórias, mas temos que cuidar das receitas". "Temos alguns desafios. Tudo que ajudar o fiscal ajuda o país", disse Haddad aos jornalistas, ao sair do ministério. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Deputada Any Ortiz diz órgão regulador não é prioridade no debate sobre plataformas

Poder Legislativo | 25/10/2023 – 17h23min

A deputada Any Ortiz (Cidadania-RS), entende que o principal aspecto do projeto de lei 2.768/2022, do deputado João Maia (PL-RN) não são as novas atribuições endereçadas para a Anatel regular as plataformas, mas sim a proposta de operação desses serviços no Brasil. "Entendemos que devemos nos preocupar com as relações de consumo, com os direitos das pessoas nesses ambientes. O aspecto do órgão regulador vem em um segundo plano. Temos que pensar em como garantir ao cidadão os direitos e ter das plataformas determinadas responsabilidades", disse a parlamentar ao Teletime. Esta semana, Frente Parlamentar da Mulher Empreendedora, que tem Ortiz como presidente, abriu uma consulta pública para receber contribuições sobre o projeto de lei 2.768/2023. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TRANSPORTE

Aprovado projeto que isenta trabalhador já aposentado de recolher FGTS

Poder Legislativo | 25/10/2023 – 18h11min

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou na quarta-feira (25) um projeto de lei que isenta do recolhimento do FGTS e da contribuição previdenciária o empregado que já é aposentado, mas continua a trabalhar. De autoria do senador Mauro Carvalho Junior (União-MT), o [PL 3.670/2023](#) foi relatado na comissão pelo senador Jayme Campos (União-MT). Se não houver recurso para votação em Plenário, o texto seguirá diretamente para a Câmara dos Deputados. O projeto altera as Leis [8.036, de 1990](#), e [8.212, de 1991](#), para retirar a obrigatoriedade do recolhimento do FGTS e da contribuição previdenciária sobre a remuneração recebida por empregados que já sejam aposentados; e a Lei 13.667, de 2018, para criar cadastro específico de vagas para aposentados no Sistema Nacional de Emprego (Sine). A ideia é incentivar a reintegração dos idosos no mercado de trabalho. No entanto, só poderão deixar de recolher o FGTS as empresas que, com a contratação de aposentados, tenham aumento do número total de empregados e de empregados aposentados, considerando o mês de janeiro do ano da publicação da lei. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)